

Emenda submete ao Senado nomes de diretores de bancos do governo

Iniciativa de Romero Jucá prevê também a apreciação prévia pela Casa dos indicados para dirigir agências governamentais nas áreas de energia e telecomunicações

Congresso reinicia seus trabalhos na segunda-feira

Sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional reinicia suas atividades na segunda-feira, dia 17 de fevereiro, com a realização de sessão solene, marcada para as 16h, no plenário da Câmara. Embaixadores, ministros de Estado e dos Tribunais Superiores, autoridades civis, militares e eclesiásticas serão convidados.

Mensagem especial do presidente da República ao Legislativo, trazida em mãos pelo Chefe da Casa Civil, será lida em plenário pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar. Segundo manda a tradição, o presidente do Congresso é o único parlamentar que pode fazer uso da palavra nesta sessão.

A partir de terça-feira, dia 18, o Senado e a Câmara retomam seus trabalhos normalmente, em plenário e nas comissões, e será marcado também o reinício das sessões do Congresso Nacional.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou proposta de emenda constitucional determinando que o governo terá de submeter à aprovação prévia do Senado os nomes dos presidentes e dos diretores do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e de outras instituições financeiras públicas federais. Hoje, na área financeira, o governo só é obrigado a ouvir o Senado na nomeação do presidente e dos diretores do Banco Central.

A emenda prevê que até para demitir esses presidentes e diretores o governo terá de contar com a aprovação dos senadores. Romero Jucá argumenta que os detentores de tais cargos são extremamente importantes na condução da política econômica e, assim, não podem ficar à mercê de situações políticas. O mandato de cada dirigente será de dois anos.

Conforme a proposta de mudança constitucional, também terão de ser apresentados ao Senado, para aprovação ou destituição antes de terminar o mandato de dois anos, os nomes dos presidentes e diretores

Jefferson quer solução para excesso de MPs

Na avaliação do senador, plenário deve votar logo proposta relatada por José Fogaça e aprovada pela Comissão de Justiça do Senado. **Página 4**



Jucá quer regular também as intervenções

ou interventores em instituições financeiras privadas têm de ser referendados pelo Senado em até 90 dias depois da nomeação feita pelo BC. O banco terá 15 dias para encaminhar os nomes aos senadores, os quais concordarão, ou não, com as indicações depois de uma arguição pública, na Comissão de Assuntos Econômicos.

res da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Instituto Resseguros do Brasil (IRB), da recém-criada Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e das futuras Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural e Agência Nacional das Telecomunicações.

INTERVENÇÃO

Romero Jucá apresentou outro projeto, este de lei ordinária, para mudar a legislação sobre intervenção e liquidação de instituições financeiras pelo Banco Central. Pela proposta, todos os nomes de liquidantes

Ao justificar o projeto de lei, o senador informa que o Banco Central decretou nos últimos dez anos 186 liquidações extrajudiciais e 110 intervenções conhecidas por Raet (Regime de Administração Especial Temporária). Algumas intervenções do BC chegam a durar uma década, como no caso do Banco Estadual de Roraima. Nesse período, o Senado não recebe informações sobre o processo. Por isso, o mesmo projeto estabelece que o Banco Central terá de enviar aos senadores, a cada semestre, relatórios com detalhes do andamento das liquidações e intervenções.

Osmar Dias pede ao governo mais atenção ao campo

Investimento na agricultura pode reduzir déficit na balança comercial brasileira, prevê o senador Osmar Dias. **Página 3**

Benedita defende ação para preparar mais o policial

Execução de preso, após ser dominado e já sem oferecer resistência, motiva o apelo da senadora em favor de uma ação eficaz na preparação de policiais. **Página 3**

Hidrelétrica do Lajeado entusiasma Quintanilha

Obra que será licitada neste semestre, segundo o senador, possibilitará a eletrificação de 10 mil propriedades rurais no Tocantins, que passará de importador a exportador de energia

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) considerou de grande repercussão para a economia do Tocantins e do Centro-Oeste a decisão do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, de realizar ainda neste semestre a licitação das obras da hidrelétrica do Lajeado, a 50 quilômetros de Palmas, capital do estado.

De acordo com Quintanilha, a obra, orçada em US\$ 1 bilhão e com capacidade de 1.050 megawatts, preen-



Leomar Quintanilha

cherá o hiato existente entre os grandes sistemas nacionais de Furnas-Eletronorte e Tucuruí-Boa Espe-

rança. Ele disse que o presidente Fernando Henrique já deu permissão para a iniciativa privada participar do consórcio de empresas que construirá a hidrelétrica.

Conforme acentuou Quintanilha, concessionárias de energia elétrica do Chile, Portugal e dos Estados Unidos, além da Companhia Energética de Brasília (CEB), já manifestaram interesse em integrar o consórcio. O senador ressaltou

que, com a construção da hidrelétrica, Tocantins deixará de ser importador para tornar-se exportador de energia.

Segundo o senador, com mais energia disponível, o governo do estado poderá estender a eletrificação a 10 mil propriedades rurais, enquanto muitas atividades serão beneficiadas com o barateamento do custo de produção. Ele também prevê a instalação de indústrias de porte na região.

Transferência de Angra viabilizará privatização de Furnas, diz Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) informou que nos próximos dias estará superado mais um obstáculo à privatização do complexo hidrelétrico de Furnas. Uma assembleia-geral extraordinária de Furnas irá oficializar a transferência das Usinas Nucleares de Angra I e Angra II (esta em construção) para a estatal Nuclen. A transferência é necessária porque a Constituição estabelece que compete à União explorar serviços e instalações nucleares.

Com essa transferência, Furnas ficará só com as grandes hidrelétricas construídas nos rios Grande, Paranaíba, Paraíba do Sul, Corumbá e Tocantins, as quais serão vendidas a grupos privados. A Nuclen, por sua vez, irá operar Angra I e continuar a construção de Angra II. O senador transmitiu as informações ao ple-



Júlio Campos

nário do Senado porque a Constituição prevê que compete ao Legislativo aprovar qualquer iniciativa do Executivo referente à área nuclear.

Júlio Campos afirmou que o setor energético brasileiro encontra-se num momento de efervescência, por causa das mudanças no modelo institucional e das privatizações. O modelo adotado na década de 60 (estatização) está exaurido, segundo ele, porque o Estado não tem mais dinheiro para investimentos na área. Por isso, a mudança permiti-

rá que grupos privados construam hidrelétricas e termoeletricas, para venda de energia a empresas distribuidoras. Além disso, haverá a privatização de hidrelétricas construídas nos últimos 30 anos.

Conforme o senador de Mato Grosso, nessa nova fase do setor elétrico entram ingredientes novos, que vão resultar em benefícios para os consumidores: a competitividade e o ingresso de capital e gestão privados. Lembrou que nos países que permitiram a presença do setor privado na área energética os grandes consumidores podem até mesmo escolher de qual companhia vão comprar energia elétrica. Nesse modelo, o poder público tem de se equipar adequadamente para a fiscalização, defendendo os consumidores e o equilíbrio do sistema, observou.



Hugo Napoleão

Napoleão quer Comunidade mais presente no PI

A inclusão, no Programa Comunidade Solidária, dos municípios piauienses de Buriti dos Lopes, Valença do Piauí, Novo Oriente do Piauí e Campo Maior foi reivindicada pelo senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, que atendeu assim, apelo dos prefeitos daquelas localidades.

Osmar Dias defende mais apoio para o setor agrícola

Mesmo relegado pelo governo, campo proporcionou no ano passado superávit de US\$ 10,3 bilhões na balança comercial, observa senador

O senador Osmar Dias (PR) afirmou que o governo não tem feito praticamente nada em favor do desenvolvimento da agricultura, nem preparado convenientemente o país para a globalização da economia. Segundo disse, o presidente da República, depois de ver aprovada a emenda da reeleição, reconheceu que não vem dando apoio suficiente para o setor agrícola.

- Se ele reconheceu isso, eu espero que daqui para frente a agricultura faça parte de uma pauta do governo federal, que tem sido insensível ante as dificuldades desse segmento de fundamental importância para a economia - assinalou Osmar



Osmar Dias

Dias. Para ele, "a agricultura, que poderia estar hoje conquistando novos espaços no mercado internacional, está perdendo terreno pela timidez do governo em apoiar o crescimento da produção".

Após salientar que "o Brasil deverá colher uma safra bem maior que a do ano passado, mas bem menor do que uma safra já colhida antes da implantação do Real", o senador defendeu um planejamento de médio e de longo prazos para que a agricultura possa produzir em quantidade suficiente para abastecer o mercado interno e gerar divisas.

Osmar lembrou que, no ano passado, a balança comercial brasileira teve um déficit de

US\$ 5,5 bilhões, enquanto o setor da agricultura, isoladamente, alcançou um superávit de US\$ 10,3 bilhões. Ele ressaltou que, se as exportações agrícolas não fossem consideradas para o cálculo da balança comercial, o déficit poderia chegar a US\$ 15,8 bilhões. Isso, a seu ver, significa que a produção agrícola é a única atividade econômica do país que tem vantagens comparativas no mercado internacional.

- É uma questão de inteligência apoiar a agricultura, não apenas para manter o agricultor no campo e, dessa forma, gerar empregos, mas também para resolver o problema dos déficits consecutivos da balança comercial, frisou o senador, alertando que o déficit de US\$ 8 bilhões previstos para este ano poderá ser maior se não forem adotadas medidas de apoio à agricultura.



Benedita da Silva

Policial precisa ser mais preparado, afirma Benedita

"O aparelho policial existe para manter a ordem e proteger o cidadão, não para levá-lo à violência ou torná-lo vítima da mesma", disse a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao afirmar que os policiais militares devem entender que sua função é proteger as famílias e os cidadãos contra o crime, e não aterrorizá-los.

A senadora pediu justiça para a família do trabalhador que foi morto em Santo André (SP) depois de ser imobilizado e desarmado pela polícia quando ameaçava a esposa na sacada de seu apartamento, conforme cenas mostradas na televisão. Ela disse que aquela ação atingiu um pai de família envidado e com problemas pessoais.

Conforme Benedita da Silva, as imagens mostraram que o homem se encontrava vestido na varanda mas, ao ser "jogado num camburão da polícia como se fosse um animal", estava seminú. Ela disse que essas cenas chocaram milhões de telespectadores em todo o país. E observou que, apesar de o secretário de Segurança Pública de São Paulo declarar que ações dessa natureza terminam bem ou em tragédia, "é lamentável assistirmos pela TV ao barbarismo policial".

Benedita argumenta que, se aquele homem já estava dominado, sem oferecer qualquer resistência, tendo sido até alvejado na perna, não havia razão para ser executado. A senadora pediu uma ação mais eficaz no preparo dos policiais militares em geral, até como uma forma de se reduzirem os índices de violência.

Amorim propõe agrovilas em faixa de fronteira internacional na Amazônia

O senador Ernandes Amorim (RO) apresentou projeto de lei visando a possibilitar a implantação de agrovilas em terras da União localizadas nas faixas de fronteiras internacionais da Amazônia Legal. O assentamento dessas comunidades, segundo a proposição, será estruturado sob a forma de cooperativas de produção.

O projeto autoriza o Poder Executivo a promover acordos com os governos da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa com o objetivo de construir uma rodovia de interligação entre as agrovilas ao longo das fronteiras.

Ernandes Amorim observa

que, "frente à abstração de direito e de soberania que decorre do isolamento das áreas de fronteira da região Norte", os imensos vazios demográficos passaram a ser ocupados por narcotraficantes, mercenários, madeiros, mineradores, garimpeiros, colonos e caçadores.

- Trata-se de ocupação desordenada, catastrófica principalmente para as populações indígenas, que exige uma ação coordenadora do poder público.

Amorim argumenta que são inúmeros os benefícios a serem



Ernandes Amorim

proporcionados pela criação de agrovilas nas áreas de fronteiras: criação de oportunidades de trabalho, contenção do êxodo rural, auto-suficiência da região em gêneros alimentícios, eliminação

de despesas com fretes e um maior intercâmbio com países limítrofes.

- A proposta tem seu interesse aumentado quando analisada sob a ótica da implantação global de um mercado comum latino-americano conforme preconiza o Mercosul - disse Amorim.

Jefferson cobra solução para o excesso de medidas provisórias

Proposta relatada por José Fogaça e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça deve ir logo ao plenário, defende o senador

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse, em entrevista, que a culpa por reedições sucessivas das medidas provisórias não é só do Executivo, pois, a seu ver, o Legislativo é também responsável por isso. Peres observou que, desde 1988, todos os governos vêm abusando da utilização das MPs, diante da falta de regulação do dispositivo constitucional que trata da matéria.

- O Congresso se omite, não analisa e não aprecia essas medidas provisórias, de forma que, como está, não pode ser. Não pode continuar porque o Executivo fica legislando, le-

gislando, e usurpando uma função que é e que deve ser do Congresso Nacional - frisou.

Jefferson Peres lembrou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já aprovou um projeto regulando as medidas provisórias. Relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), a matéria deve ir a plenário em breve. O senador acha que, como o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anun-

ciou em seu discurso de posse que dará prioridade a esse tema, o projeto deverá ser votado em, no máximo, 60 dias.

- O projeto relatado pelo senador Fogaça talvez não seja o ideal, mas pelo menos disciplina a matéria, impõe limites ao poder legislativo, hoje, do Executivo, que é muito grande - observou Peres, acrescentando que o texto deverá ser emendado em plenário, já que mereceu reparos de alguns senadores, como Josaphat Marinho (PFL-BA), especialista em direito constitucional.



Jefferson Peres



Guilherme Palmeira

Palmeira presta homenagem a Ernani Méro

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) associou-se às homenagens prestadas pela cidade de Penedo (AL) e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas ao historiador, musicista, poeta e professor Ernani Méro, já falecido.

- Alagoas deve muito ao esforço do professor Ernani na preservação do patrimônio histórico e cultural do estado - afirmou o senador, salientando que o homenageado "durante toda a vida lutou contra a destruição do acervo histórico e cultural da nossa terra".

Palmeira destacou a participação de Ernani Méro como membro da Comissão de Música Sacra da Arquidiocese de Maceió, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, do qual foi seu secretário, e da Academia Alagoana de Letras.

Conforme o senador, além de ter exercido o magistério, Ernani Méro foi também um incansável pesquisador, tendo deixado inúmeras publicações.

Escórcio sugere eleições sem 2º turno

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) apresentou dia 6 à Mesa do Senado proposta de emenda constitucional suprimindo o segundo turno nas eleições para prefeitos, governadores e presidente da República. De acordo com sua proposta, que dá nova redação aos artigos 28 e 29 da Cons-



Francisco Escórcio

tituição federal, estarão eleitos os candidatos que conseguirem, em um único turno de votação, o "maior número de votos, não computados os em branco e nulos".

Na justificativa da proposta, Francisco Escórcio reconhece o "zelo da Assembléia Constituinte, no sentido de respeitar os direitos das minorias",

ao instituir na Carta de 88 o sistema eleitoral em dois turnos. A seu ver, era uma atitude plenamente justificável num momento em que se encerrava o processo de transição de um regime político autoritário para um regime democrático. Ele observa, no entanto, que a prática eleitoral mostrou que esse sistema não funciona dentro de um quadro de grande pulverização partidária.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios
Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos
Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento
Revisão - Maria das Graças Aureliano e Fernando Varela

Vejas no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.